



Proteste já: a veia política do CQC¹

Thiago Cury Luiz²

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

RESUMO

Na Era da diversidade midiática e dos instrumentos que se exploram para extrair informações, os meios de comunicação mais tradicionais vêm a necessidade de criar novos conteúdos para não perder a atratividade. Nessa tendência enquadra-se o CQC - Custe o que custar, programa da TV Bandeirantes, e especialmente o quadro Proteste já, que aliam materiais de interesse público à técnica do humor. A partir da análise teórica da política, do humor e do jornalismo político, torna-se mais viável a compreensão do nosso objeto de estudo.

Palavras-chave: CQC, Proteste já, humor, jornalismo político.

INTRODUÇÃO

A busca pela informação diferenciada acentua a concorrência entre os veículos de comunicação. O diferencial passa a ser o elemento-chave na busca pela audiência e sobrevivência no mercado jornalístico. Se levarmos em conta que a temática política adquire abordagens em todos os meios comunicacionais, torna-se preponderante apresentar ao público um tratamento alternativo sobre a notícia, para transformá-la, também de modo diferente, em informação.

Em março de 2008, partindo de um modelo já existente na Argentina, surge o CQC – Custe o que custar, programa transmitido pela TV Bandeirantes, às segundas-feiras, a partir das 22h15min. Aliando jornalismo e entretenimento, a atração foge das coberturas convencionais, ao optar por pautas menos tradicionais, embora focando os personagens de sempre: políticos e sociedade.

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de junho de 2011.

O presente artigo é parte extraída e adaptada da Dissertação de Mestrado, defendida pelo autor em 09/04/2010, na Universidade de Marília-SP, sob o título **Jornalismo e humor no CQC: estudo de caso do quadro Proteste já**. A pesquisa, que durou dois anos, concentrou-se na análise do programa e no estudo de caso do *Proteste já*, além de trazer à baila teorias e discussões sobre política, humor e jornalismo político. Para tal, foram escolhidas dez edições do quadro, levando-se em conta as temáticas mais recorrentes ao longo dos dois primeiros anos de transmissão do programa (2008 e 2009).

² Jornalista, Mestre em Comunicação e professor substituto do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Alto Araguaia. E-mail: tcluiz@yahoo.com.br.



Para ilustrar tal vertente, citamos a cobertura política desenvolvida pelo CQC. Por intermédio dos quadros *Controle de Qualidade e Proteste já*, o programa trabalha com a equação *problemáticas sociais e interesse público*, exercendo o papel de mediador entre o fato, as instâncias públicas, e o cidadão, levando a este as pendências e dando voz aos personagens envolvidos.

1. POLÍTICA

A palavra *política* procede do termo *pólis*, que, na Grécia Antiga, representava as Cidades-Estado com intenso poderio político e militar, representando em ambos os casos exemplos de direcionamentos. Atenas e Esparta despontavam, cada uma com suas peculiaridades, como locais que cultivavam modelos importantes a qualquer nação que preze pela correção e pela honra. Do ponto de vista político, embora Atenas não presenciasse mulheres, estrangeiros e escravos tendo poder de voto nas decisões políticas, já apresentava avanços, como as discussões na Ágora sobre temáticas pertinentes, em sua organização social. Esparta incentivava a idéia de *potência bélico-militar*.

Para Aristóteles (2007, p.56),

toda cidade é um tipo de associação, e toda associação é estabelecida tendo em vista algum bem (pois os homens sempre agem visando a algo que consideram ser um bem); por conseguinte, a sociedade política [pólis], a mais alta dentre todas as associações, a que abarca todas as outras, tem em vista a maior vantagem possível, o bem mais alto dentre todos.

Esta ciência, por ser de extrema relevância para o bom convívio dos cidadãos, ganhou nas eras que se sucederam abordagens e estudos, partindo dos filósofos gregos. Ainda que atualizações sejam necessárias, em vista do intervalo de tempo que separa a Antigüidade da época Contemporânea, é possível e necessário buscar embasamento nas definições deixadas há mais de dois mil anos. Sendo assim, ao se trazer o legado constituído por teóricos que dedicaram boa parte de suas vidas aos estudos sobre política, cultiva-se uma aproximação maior ao verdadeiro e puro significado da ciência em relação à sociedade.

Nessa vertente, o livro *Ciência Política* (MAGALHÃES, 2003, p.15) propõe que esta

indica tratar-se, portanto, de uma atividade humana relacionada ao exercício da vida pública e das funções decisórias que dizem respeito



ao interesse coletivo, eis que a cidade era o centro da vida coletiva. Nesse sentido, era a aposta ao oikos, o reduto do lar e da família, onde se desenrolava a atividade produtiva/reprodutiva do cidadão.

O cidadão é o personagem central da política. Seja definindo seus representantes, seja esperando destas medidas que lhe trarão benefícios. Ao abordar um congressista no parlamento, Danilo Gentili e Mônica Iozzi ou Rafinha Bastos e Oscar Filho³ recordam o eleito do papel a ser desempenhado frente aos anseios sociais. Quando ambos, ou qualquer outro repórter do CQC, ironiza ou satiriza um desleixo político, chama a atenção popular para o seu direito e dever. Direito de receber serviços de qualidade, de ver formulados leis e projetos que lhe darão respaldo, e dever de vigiar o representante, punindo-o ou exigindo o mesmo caso não se tenha o retorno vislumbrado.

O que se espera de tal âmbito é que os anseios sociais se vejam representados e concluídos. Não basta que o cidadão, a cada dois anos, dirija-se a uma urna e confirme seu voto em candidato A ou B. Isso se constitui porque o tal *ser político* não é ou está individualizado. Sua força emana das relações indissociáveis que se conceberam à medida que a civilização conquistou suas evoluções. Desempenhando *deveres*, naturalmente há a necessidade de se obter *direitos*, e a partir daí a sociedade se articula para a conquista dos mesmos. “Na prática (...) não é possível considerar o indivíduo como separado da sociedade na qual ele ou ela vive. O indivíduo não funciona exceto no contexto da sociedade; a sociedade não existe externamente aos indivíduos que nela estão” (FISCHER, 1984, p. 61).

É em meio a este quadro que a atuação do CQC⁴, o objeto de estudo desta pesquisa, vem a preencher uma lacuna, no sentido de não haver nada semelhante a essa produção. Quando o político depara-se com um elemento do programa – e é comum o parlamentar esbarrar em silêncio, respostas indevidas ou inserção humorística – é como

³ Todos são provenientes da comédia. Os quatro, cada um em seu tempo, estão ou estiveram envolvidos com o viés político, seja inquirindo políticos, no quadro *Controle de qualidade*, seja dando visibilidades a carências sociais (Proteste já).

⁴ Sigla que significa *Custe o que custar*. Inspirado no modelo argentino de mesmo nome, *Caiga Quien Caiga* (Caia quem cair), o CQC reúne em seu conteúdo entretenimento e informação pautados pelo humor. Transmitido pela TV Bandeirantes (Band) às segundas-feiras, a partir das 22h15min, a versão brasileira nasceu com sete integrantes, que permanecem até hoje: Marcelo Tas (apresentador), Rafinha Bastos (comentarista e repórter), Marco Luque (comentarista), Rafael Cortez (profissional de campo), Oscar Filho (profissional de campo), Danilo Gentili (profissional de campo) e Felipe Andreoli (profissional de campo). Além dos já conhecidos membros, passou pelo programa Warley Santana, com o quadro *Em foco*, e atualmente tem em seu corpo de “repórteres-humoristas” Mônica Iozzi, que conquistou a vaga após vencer um concurso que reuniu 28 mil postulantes. Em 17 de março de 2008 a atração veio ao ar e hoje é considerada pela Band e pelo público como um dos principais programas da emissora.



se o *Custe o que custar*, em uma de suas diversas facetas, estivesse ali para lembrar o congressista, o prefeito, governador, vereador, do seu papel enquanto detentor momentâneo do “poder”. Outros telejornais fazem o mesmo, mas não com a incisão e a habilidade satírica e irônica do CQC.

Falar em política e não se referir ao povo é irrelevante. Mais do que isso, é importante ao *cidadão político* ser politizado. Ao invés, todo o processo de percepção do certo ou errado passará à margem do veredicto público, o que é totalmente legal e válido. Aliás, é a própria maneira de ser da política desde a Grécia, mesmo que lá o sufrágio decisório não coubesse a todos. Ainda assim, foi o primeiro avanço significativo na busca de um uso melhor da política e de resultados mais abrangentes. Não há como negar o caráter desbravador grego na instituição da democracia. A participação do personagem central é decisiva – ou seria este o peso real.

Fica evidente, pois, que a Cidade é uma criação da natureza, e que o homem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade], e que o homem que, por sua natureza e não por mero acidente, não tivesse sua existência na cidade, seria um ser vil, superior ou inferior ao homem. Tal indivíduo, segundo Homero, é ‘um ser sem lar, sem família, sem leis’, pois tem sede de guerra e, como não é freado por nada, assemelha-se a uma ave de rapina (ARISTÓTELES, 2007, p. 56).

Quando o CQC ou o *Proteste já* aborda a irregularidade com irreverência, faz a tentativa de levar ao telespectador o assunto imprescindível aliado ao instrumento do humor. Torna-se mais viável o engajamento do cidadão às pertinências do seu papel. De fato, o programa não tem a incumbência de moralizar, mas contribuir para o aperfeiçoamento de serviços mal-prestados e a mobilização da sociedade com fiscalização e denúncia é pressuposto de todas as esferas públicas, como a comunicação.

Assim como o *ser político*, o governante possui o seu papel no interior do processo político. Se o povo vai às urnas é para eleger alguém, aquele que o representará durante um mandato de quatro ou oito anos. E esse cidadão – que além de cidadão passa a ser governante – terá a responsabilidade de desenvolver seu trabalho em prol dos anseios sociais, vontades estas que permitiram ao candidato tomar a posição de estadista ou legislador de forma momentânea.

Há duas formas de exercer política. Pode-se viver ‘para’ a política ou pode-se viver ‘da’ política. Nada há de exclusivo nessa dualidade. Até ao contrário, geralmente se faz uma e outra coisa simultaneamente, tanto na idealidade quanto na prática. Quem vive ‘para’ a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘objetivo de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples



posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação à sua vida [...]. Portanto, assenta-se nossa distinção num aspecto extremamente importante da condição do homem político, que é o aspecto econômico. Do que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que ‘vive da política’ e diremos, no caso contrário que vive ‘para a política’ (WEBER, 2006, p. 68).

Bobbio (2000, p.204), apropriando-se de uma das ideias colocadas por Weber, apresenta como um erro crasso visar, em primeiro lugar, o benefício econômico. São posturas incompatíveis: ambicionar a recompensa financeira do cargo público e comprometer-se às realizações sociais enquanto representante maior do governo constituído.

[...] Pecado mortal de qualquer homem político, e da vaidade, ou seja, da necessidade de colocar em primeiro lugar, em máxima evidência, a própria pessoa. Quando lhe falta uma causa assim concreta, o político corre o risco de continuamente confundir a prestigiosa aparência do poder com o poder real, e quando lhe falta o senso de responsabilidade, arrisca-se a gozar do poder simplesmente por amor à potência, sem lhe dar um objetivo por conteúdo.

É um exercício corriqueiro dos integrantes do *Custe o que custar* abordar políticos que não seguem à risca o ofício da política. Deputados, senadores, vereadores, prefeitos, governadores e até o presidente Lula já passaram pelo “crivo” do CQC. Aos políticos seguem perguntas capciosas, irônicas e contestadoras, que os colocam em situações indesejadas.

2. JORNALISMO POLÍTICO

Principiemos esta seção com aquele que inaugurou as pesquisas em comunicação no Brasil. O conceito de Luiz Beltrão (2006, p.31), acerca do jornalismo, é pertinente para introduzir a análise do *jornalismo político* deste estudo.

O jornalismo tem três finalidades essenciais: 1º) informar, orientar e entreter o leitor. Este visa: informar-se do novo, do imprevisto, do original e, através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória; 2º) receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é, orientar-se para o futuro, para a ação; 3º) entreter-se, descansar das preocupações no humor, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte. Daí a extensão do campo jornalístico a todos os quadrantes da atividade humana a todos os seres, às coisas, à natureza, a todos os domínios da inteligência e da sensibilidade.



Clóvis Rossi, jornalista do veículo *Folha de S. Paulo*, oferece uma definição mais sintética de *imprensa*. Afirmo Rossi (1994, p.7) que “jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens”.

Pelo fato de se tratar do campo mais relevante entre poder público e sociedade, a política merece tratamento especial. Não é à toa que as mídias impressas e eletrônicas destinam a maior parte de seus conteúdos ao noticiário político. Traduzindo em uma relação mais direta, a relevância da política é tamanha que os jornalistas focam seus trabalhos na redação sobre aquela.

O jornalismo está encarregado de transmitir a *verdade dos fatos*. Isso se traduz em interesse público e relevância da informação à sociedade (BUCCI, 2006). Não existe pertinência na propagação de conteúdos jornalísticos desinteressante à sociedade. Se dessa forma se procede, é porque ambições escusas são cultivadas em um meio que, se não deveria privilegiar a objetividade, pois se trata de algo muito distante das possibilidades reais, teria como linha-mestra um tratamento menos tendencioso.

Uma das funções fundamentais do jornalismo é dar visibilidade às questões sociais mais pertinentes. Muitas vezes é através dele que a população fica a par de situações de que desconhece. Por exemplo, os direitos previstos em Constituição ou os tópicos que resguardam sua autonomia enquanto consumidor. Abrangências desse tipo são feitas pela mídia e o destinatário fica ciente, ainda que seja seu dever se interessar, por vias diretas, sobre assuntos dessa natureza. “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (NEVES, 1977, p. 19).

Em política, o jornalismo tem abertura para cultivar o caráter investigativo, no sentido de atuar como um fiscal do que ocorre na esfera pública e abrir ao destinatário aquilo que é de seu interesse.

a imprensa é identificada como um baluarte da vigilância democrática e da resistência aos abusos dos governos autoritários. Ela é tomada, por delegação implícita da sociedade, como instrumento de defesa popular contra as injustiças, ilegalidades e ilegitimidades. A imprensa seria o instrumento de desconfiança e de cobertura pública, para impedir que a política seja apenas uma ação em defesa de interesses particulares, contrários aos interesses gerais da sociedade,



principalmente nas complexas sociedades contemporâneas, onde as pessoas comuns se sentem distantes e impotentes para exercer os seus direitos de cidadãos. Se ela de fato exerce democraticamente esse quarto poder, representando todos os grupos sociais, é uma questão que só o exame de cada circunstância pode responder (MOTTA, 2002, p.14-15).

Para sintetizar as idéias colocadas por Luiz Gonzaga Motta (2002), em *Informação e poder*, Nelson Traquina, estudioso da área comunicacional, prevê que o contexto democrático permite ao jornalismo três fatores necessários ao pleno desempenho do mesmo. Dentre eles, Traquina aponta para o fato de que a imprensa serve como um protetor para o cidadão. Eis a colocação do autor (2006, p.138).

Nelson Traquina, autor de diversos estudos importantes sobre o jornalismo contemporâneo, lembra que a teoria democrática prevê três grandes papéis para o jornalismo: 1) o jornalismo deve dar aos cidadãos as informações que são úteis, que são necessárias para que eles possam cumprir os seus papéis de pessoas interessadas na vida social e na ‘governança’ do país; 2) o jornalismo deve ser o espaço do contraditório e da pluralidade de opiniões, ser uma espécie de mercado de idéias; 3) o jornalismo tem o papel de ser o watchdog (cão de guarda) da sociedade, proteger os cidadãos contra os abusos do poder.

Da mesma forma, o viés humorístico do jornalismo do CQC não permite que ele se distancie dos preceitos éticos, necessários em qualquer atividade profissional. O humor abre espaço para um discurso mais informal, não significando menos apuração e critério na composição do material. Enquanto um quadro que insere jornalismo, o *Proteste já é imprensa* e o humorismo serve para complementar as suas investidas. Se não for assim, ou se faz humor, ou se faz jornalismo.

Naturalmente, tratando-se de *jornalismo político*, o profissional da imprensa terá convívio quase que diário com o parlamentar e com os assuntos relativos aos desdobramentos políticos do país. É quando a atuação da imprensa pode misturar-se ao quebra-cabeça político e colocar em xeque o trabalho do profissional. Se a credibilidade é fomentada pelas abordagens de interesse público e a relevância que os fatos apresentam, qualquer movimentação que fuja a isso é prejudicial ao jornalismo e, acima de tudo, à sociedade. Será prestado um desserviço à população caso haja aproximação entre jornalistas e político, a ponto de se prejudicar o conteúdo em detrimento de uma amizade inconveniente.

Políticos profissionais e jornalistas interagem promiscuamente, atuando uns para os outros: mais que legislar, deputados ‘atuam para’ a imprensa numa performance midiática pós-moderna, enquanto os jornalistas profissionais cultivam interesseiras intimidades com os



seus políticos preferidos para obter as informações de bastidores, rezando todos juntos na ‘gramática da comunicação’ (MOTTA, 2002, p. 20).

No Congresso Nacional, o CQC não alimenta qualquer tipo de intimidade. Ao não ter ‘rabo preso’, a margem de questionamento avança e não há ressalvas. Ressalvas faz a sociedade brasileira em relação à política. A partir do descontentamento, o jornalista pode até possuir algum tipo de relação com o político, desde que isso não interfira no seu trabalho, que é o de perguntar ao representante o que ele normalmente não quer, aquilo que o público ambiciona. O *Custe o que custar* não abre mão de tal prerrogativa.

Diante disso, costuma-se confundir *objetividade jornalística* com *isenção*. Por isso, não basta ao profissional da imprensa ir aos locais específicos para cobrir fatos políticos relevantes. Do mesmo modo, um bom texto é insuficiente para desenvolver um bom trabalho. Fugindo da *objetividade*, o repórter não pode ser um mero reproduzidor daquilo que vê. Os acontecimentos que lhe saltam aos olhos, se acompanhados de repertório, conhecimento e informação, ganharão em compreensão. Isso irá se refletir em um material mais apreciável pelo destinatário.

Para tratar corretamente o fato, o repórter não deve se contentar apenas com o factual. Precisa entender também o contexto em que se deu o fato. Para isso, tem de acumular aquilo que, no jargão profissional, chama-se de background information – ou “informação de fundo”. Trata-se de um nível de informação que não entra necessariamente na notícia, mas permite ao profissional entender o alcance e a limitação do fato que é notícia e, em alguns casos, captar seus possíveis desdobramentos (MARTINS, 2005, p.61).

Definitivamente, o CQC não é adepto da *objetividade jornalística*. Ao despertar o lúdico com trocadilhos, sátiras e ironias, não se concebe uma fala focada no fato. Segundo, os repórteres não utilizam o *lead*. A estrutura textual adere à liberdade que o humor proporciona. Sendo assim, as piadas lidam com a resposta do entrevistado ou a falta dela, e, no âmbito político, a tendência da réplica do jornalista raramente é a favor do questionado.

O jornalista tem de formar opinião sobre os assuntos que cobre. [...] É indispensável para filtrar, organizar e hierarquizar as informações recolhidas. Repórter que não tem opinião não consegue sequer apurar direito a matéria. Ter opinião não significa ser parcial ou escrever sem objetividade. Significa formar o próprio juízo sobre os fatos, entender sua importância [ou falta de importância] para a sociedade, avaliar seu impacto sobre a vida das pessoas, perceber os interesses



que estão em jogo e esforçar-se para informar sobre a essência dos conflitos, e não sobre sua aparência (MARTINS, 2005, p.76).

O tratamento com maior profundidade não é bem-vindo somente para dar à matéria mais consistência, assegurar maior qualidade à informação. É útil também para averiguar a postura do jornalista, até que ponto a sua ética prevalece ao lançar mão da subjetividade. Sendo menos objetivo, a tendência é que trafegue por caminhos mais férteis, e essa fertilidade pode lhe dar mais condições de abordagem, mas não garante a ele o direito de ir de encontro à clareza do fato.

Análise e interpretação são, portanto, uma das faces do ato de informar, sujeitas inclusive a maior rigor ético porque envolvem a subjetividade do jornalista em sua avaliação e na seleção dos aspectos a destacar. (...) Uma boa análise política deve ser antes de tudo compreensível. Além disso, deve buscar a verdade dos fatos como base da avaliação e identificar o mais objetivamente possível as variáveis envolvidas. Fora destes parâmetros de honestidade profissional, qualquer fato político pode se prestar às mais diversas interpretações. Poderá resvalar do jornalismo para o doutrinalismo (CRUVINEL, 2006, p. 228).

Como em *Cidadão Kane*⁵, os papéis de político e jornalista costumam se misturar. No Brasil, as distâncias mínimas são mínimas, seguindo um pressuposto histórico mundial e nacional. Parece inevitável que as duas instituições sejam indissolúveis? Sim. E a idéia não consiste em colocá-las nas extremidades de uma relação. Desde que essa proximidade não desperte as iniciativas escusas, o jornalismo, a política e a sociedade só tem a ganhar com esse contato.

3. HUMOR E JORNALISMO: QUADRO *PROTESTE JÁ*

O riso é um dom humano. Ou seja, só o homem ri, só o homem faz rir. Mas há animais que nos provocam riso ou situações que produzem o mesmo efeito. Que justificativa produzir, se esses dois contextos fogem daquilo que propusemos anteriormente? Se um bicho nos é engraçado, é porque ele remete a alguma condição humana. Rimos dos feitos de um macaco porque anatomicamente ele lembra as formas humanas. Seus movimentos braçais assemelham-se aos nossos. Rimos de uma situação curiosa: uma casa cor-de-rosa com um canteiro no telhado. Achamos graça, pois o homem foi capaz de criar uma condição inimaginável.

⁵ Produzido nos Estados Unidos, em 1941, *Citizen Kane* teve como diretor e ator principal Orson Wells, que representou um jornalista que confundiu a sua atuação com o desejo de se tornar político. Perdeu-se a partir da derrocada provocada pela confusão entre as duas instâncias.



Sendo assim, notamos que o riso é eminentemente humano. E se é pertinente à nossa espécie, deve partir dela e retornar a ela. Isso se chama função social. É incoerente pensar em um fundamento da humanidade que não lhe traga benefícios mais amplos. Na medida em que o riso é propiciado, é necessário incutir-lhe um fundo crítico, que sirva de alerta a qualquer falha pública. Do contrário, o papel exercido pelo humor será, apenas, de entretenimento.

O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de gesto social. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer, flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. O riso, portanto, não é da alçada da estética pura, pois persegue (de modo inconsciente e até imoral em muitos casos particulares) um objetivo útil de aperfeiçoamento geral. Tem algo de estético, todavia, visto que a comicidade nasce no momento preciso em que a sociedade e a pessoa, libertas do zelo da conservação, começam a tratar-se como obras de arte (BERGSON, 2007, p. 15).

Tendo o riso uma atuação social, é natural que ele alerte o indivíduo acerca de alguma deficiência gritante ou latente. Mas o impacto deve servir para colocar em ordem o elemento que destoa da normalidade necessária. Quando o *Proteste já* entra em cena, é com esse intuito que ele se realiza. Ele informa, faz humor e provoca no público o riso. Um riso que é sempre dado sobre uma falta política, um erro cultural, um desvio social. O que se torna risível é o que necessita reparos. E a graça deve despertar no público a carência por melhoras. Eis o seu papel público.

Um dos artifícios irônicos mais eficazes localizado no nosso objeto é a realização de uma pergunta quando já se sabe a resposta. O primeiro a propor este método foi Sócrates. Em seus diálogos reproduzidos por Platão, o filósofo indagava Adimanto mesmo sabendo o que seria dito. Eis a ironia de quem tinha a noção dos resultados e seu colega, por dedução, tomava o caminho correto. A sabedoria socrática estava aberta ao aprendizado, de forma a destacar uma vertente humorística.

No quadro *Proteste já*, o entrevistador busca seguir, mesmo que em alguns momentos, um traçado idêntico. Por ter conversado com a população e estar a par dos problemas que acometem os cidadãos locais, o repórter (Rafinha Bastos, Danilo Gentili, Oscar Filho)⁶ vai ao encontro do político ou do servidor público certo das deficiências de que seu entrevistado é responsável. As perguntas feitas pelo repórter são irônicas, na

⁶ Nos dois primeiros anos do programa, Rafinha Bastos era o responsável pelo quadro. Em 2010, Danilo Gentili assumiu a frente. Neste ano, Oscar Filho apresenta o *Proteste já*.



medida em que o telespectador sabe as respostas e sabe que o jornalista tem poder sobre as mesmas. Qualquer desvio por parte do entrevistado provocará riso em quem assiste.

A sátira vem com o intuito de apontar para aquilo que não ‘anda’ corretamente. Mas ela não faz milagres. Não tem a capacidade nem a incumbência de consertar o mau funcionamento de algum serviço, ou corrigir a atitude equivocada de um político. Ela tem, sim, a oportunidade de abrir espaço para que a irregularidade seja vista. A partir da atuação da sátira, dando visibilidade às falhas, é que o público, o cidadão, toma ou não as atitudes cabíveis diante dos problemas que o acometem.

Quando Rafinha Bastos desenvolve o seu *Proteste já*, a idéia é essa. Ele não vai para solucionar o problema na prática. Mas põe o servidor político em uma situação de tomada de atitude mais eficaz. Ele se vê pressionado indiretamente pelo povo através da sátira produzida pelo jornalista, e vai em busca de resultados que satisfaçam a população. Tudo isso, para não mais se ver em condição perigosa, de reprovação popular, o que pode lhe causar a perda de apoio social e político.

A função da sátira é denunciar os vícios da sociedade, e isso não precisa ser seguido necessariamente de comicidade. Além do mais, alerta Propp, seu propósito é denunciar e não curar ou corrigir os erros, pois, se assim fosse, seria fácil curar o alcoolismo ou a marginalidade, fazendo as pessoas assistirem a um espetáculo satírico. Seu significado está em mobilizar aqueles que ficam indiferentes diante dos vícios, criando uma reação para não compactuar com o que vem sendo satirizado (ALMEIDA, 2001, p.35).

Sobre isso, em entrevista ao autor em 07/10/2008, Bastos afirma que “o objetivo do *Proteste já* é motivar as pessoas a buscarem os seus direitos, a lutarem pelo que é seu. Ele não tem o objetivo de solucionar problemas. Eventualmente, isso acontece, mas a idéia é incentivar as pessoas a tomarem decisões e fazer as autoridades aceitarem a população”.

O fato de alguns integrantes terem nascido no teatro, na comédia, dá ao jornalismo do *Custe o que custar* um diferencial, em relação às matérias dos telejornais tradicionais. As reportagens do CQC são dinâmicas e isso se deve à maneira como a informação é passada, por meio do humor. O dinamismo apresenta-se na forma de investidas velozes, tanto da parte do entrevistado como de quem pergunta. Nesse sentido, se há dúvidas quanto à fração jornalística do CQC, em especial do *Proteste já*, a análise de Nilson Lage demonstra que o quadro segue os prognósticos de um material (reportagem) jornalístico.



Com exceção dos resultados eleitorais ou de votações, a reportagem estritamente política baseia-se em entrevistas, com ou sem identificação dos entrevistados. Essas entrevistas tratam de processos políticos em si (denúncias, sempre abundantes e que se amiam em tempos de crise ou perto de eleições; a organização de partidos; a constituição e o funcionamento de comissões parlamentares etc.) ou refletem questões não estritamente políticas, tais como problemas de saúde pública, aspectos da administração, da economia etc. O nível da análise admitido consiste em contextualizar declarações e os fatos a que se reportam (LAGE, 2008, p.116).

Se a informação jornalística é o espaço privilegiado da reportagem especializada, e, sendo assim, uma peculiaridade dela é destinar-se a públicos mais ou menos heterogêneos (LAGE, 2008, p.113), a espécie de trabalho que é desenvolvida no *Proteste já* diz respeito ao jornalismo especializado em política, lembrando que

[...] um repórter de política nacional, por exemplo, não precisa ser um cientista político (e, se for, usará em seu trabalho muito pouco da ciência política que aprendeu), mas deve dispor do máximo de informações sobre a história recente, a organização do Estado e natureza dos fatos políticos (LAGE, 2008, p.111-112).

Em situações incontáveis, o entrevistador propõe trocadilhos ou ironias para sondar o alvo da crítica, normalmente um político. Em casos também inúmeros, o entrevistado não é capaz ou se nega a responder. O efeito do silêncio é engraçado e diz muito, falando e esclarecendo mais do que no jogo comum de pergunta e resposta. Neste caso, a velocidade é rival de quem está na berlinda, mas não do público. Ao se utilizar de efeitos visuais, sonoros e da edição, o programa traz o telespectador para o tempo certo da pergunta ou piada.

Se a função do jornalismo é dar visibilidade a assuntos de relevância social, o humor é um instrumento que pode sofisticar e arrebatar a denúncia. O humorismo não é útil, apenas, para produzir no público uma sensação de relaxamento ou de êxtase após dar cambalhotas de tanto gargalhar. Serve para despertar, sob uma vertente alternativa, o interesse do público sobre uma pendência social, política ou cultural. Por natureza, o humor atrai o espectador, seja na TV, no cinema, no teatro ou no material impresso. Atrelado ao jornalismo, o humorismo traduz a sua função social em entretenimento e conscientização.

Além do *Proteste já*, que freqüentemente traz assuntos ligados à política, uma das pautas de maior destaque se refere aos indícios de ilegalidades envolvendo o mandato de senador de José Sarney, até então presidente da Casa. Acompanhando a tendência da imprensa em geral de abordar a questão, Danilo Gentili, o repórter que



tinha as incumbências de cobrir o Senado Federal, protagonizou uma cena curiosa e que sintetiza o momento vivido pela representação pública. Ao questionar sobre as acusações, mesmo sem ser invasivo, Gentili foi tratado de maneira bruta pelos seguranças do político, sendo jogado ao chão.

Se tentarmos entender a relação entre jornalismo e humor, do ponto de vista histórico, no Brasil, ela aconteceu com maior força no Regime Militar. A idéia dessa junção era fazer oposição ao governo vigente. Esse cenário será visto mais detalhadamente adiante. Por hora, é interessante contextualizar historicamente essa imprensa de oposição.

Os humoristas d' **Pasquim** não praticavam o humor diversionista, ou como forma de reintegração do indivíduo no sistema. Era um humor fortemente centrado na denúncia da coerção e da violação dos direitos humanos. Assim como a charge norte-americana atingiu seu apogeu durante as guerras mundiais, depreciando o inimigo, ao mesmo tempo em que oferecia alívio às famílias dos soldados, o humorismo pasquiniano sob a ditadura agredia o aparelho dominador com ironia funda, e trazia alívio ao campo oprimido (...). Por isso, nesse humor não havia campo para ironizar as oposições, sendo raros os que o faziam. As oposições eram a platéia do jogo coletivo e não seu objeto. Sua agressividade, suas incursões no inconsciente do opressor, a desmoralização do imaginário repressivo, tudo isso gerava uma profunda irritação no aparelho militar. Ao mesmo tempo em que o desprezo pelo objeto, intrínseco à caricatura e à charge, era capitado e compartilhado pela intelectualidade, no estamento militar gerava uma reação de ódio incontida (KUCINSKI, 2003, p. 220).

Em meio a todas essas análises está a resultante de todos os elementos: a informação. Se de um lado tem-se o jornalismo e a sua característica mais marcante, que é a de tornar público o que é de interesse de um grande número de indivíduos, de outro há o humor e todas as suas variantes: ironia, sátira, irreverência, sarcasmo, entre outros. Foi mostrado que a união de um com o outro pode produzir resultados positivos, em um trabalho considerado de alto nível e que é apreciado pelo público, o que, em um processo comunicacional, é de extrema relevância.

O programa semanal da Bandeirantes, *CQC – Custe o que custar*, encontra-se na convergência entre as duas vertentes estudadas: jornalismo e humor. Nada mais natural, então, analisá-lo como forma de entender melhor como funciona o mecanismo de transmissão de informações sob a vertente humorística. É claro, sem perder de vista o que já fez história e mencionando os pontos fundamentais de cada frente (jornalismo e humor) de modo isolado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do princípio de que jornalismo e humor não são incompatíveis, se trabalhados juntos. Os elementos do humorismo podem ser inseridos para provocar, somente, o riso, e dar ao leitor ou telespectador momentos de descontração, distração, divertimento e irreverência. Há e sempre houve produções que se prendessem a essa potencialidade do humor, sem transcender.

Entretanto, existem idealizações que buscam aliar o entretenimento à informação. Estas produzem no público o riso mais engajado. Mais do que propiciar ao indivíduo gracejos, as idéias que circundam tais conteúdos são generosas, e visam emitir os fatos com destaque. A incumbência de enfatizar o acontecimento fica sob a égide do humor e seus elementos mais atuantes: ironia, sátira, sarcasmo.

O estudo proposto neste trabalho teve como intuito analisar o CQC e produzir um estudo de caso do quadro *Proteste já*, da TV Bandeirantes. Por entender que a respectiva seção jornalismo e humor, este artigo se mostra relevante, até como forma de apresentar apontamentos que corroborem a idéia norteadora: a aliança entre informação e entretenimento é viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eliana M. J. F. **A construção da comicidade e da sátira nas crônicas de Emílio de Menezes e José Simão**. São José do Rio Preto: Unesp, 2001.

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: Omnia, 2006.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. São Paulo: Campus, 2000.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CRUVINEL, Tereza. **Colunismo: análise, opinião e ética**. In SEABRA, Roberto, SOUSA, Vivaldo de (orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de



Janeiro: Record, p.211-233, 2006.

FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar**: expressão, informação e liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAGALHÃES, José Antônio F. **Ciência política**. 3. ed. Brasília: Vestcon, 2003.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) **Imprensa e poder**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

NEVES, Serrano. **Direito de imprensa**. São Paulo: Bushatsky, 1977.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

PLATÃO, **A República**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e poder**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2006.